

TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



### Município de Praia Grande

**Data de Fundação** – 19/07/1958

**População:** 7.377 habitantes (IBGE - 2012)

**PIB:** 88,56 (em milhões)  
(IBGE - 2010)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	16
4.1. Situação Patrimonial .....	16
4.2. Análise do resultado financeiro .....	17
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	20
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	23
5.1. Saúde .....	23
5.2. Ensino .....	25
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	25
5.2.2. FUNDEB .....	26
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	29
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	29
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	31
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	32
6. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	34
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	34
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) .....	36
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	39
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA .....	40
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	41
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	42

---

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	43
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010 .....	44
8. RESTRIÇÕES APURADAS .....	48
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013 .....	48
CONCLUSÃO .....	49
ANEXO .....	52
APÊNDICE .....	53

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 14/00084110</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Praia Grande</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Valcir Daros - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013
<b>RELATÓRIO N°</b>	1994/2014

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Praia Grande, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Praia Grande, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 23/05/2014 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

Praia Grande foi povoada por descendentes de portugueses e italianos a partir de 1917 e deve seu nome a uma grande praia de seixos formada a partir da mudança do curso do rio Mampituba. O município possui uma reserva florestal que integra o Parque Nacional os Aparados da Serra e Serra Geral. A vegetação é rica e as matas, belíssimas. Também fazem parte do Parque Nacional as extraordinárias formações geológicas a Serra Geral e os cânions. Para entrar no Parque ou percorrer algumas das trilhas, é bom contar com a orientação de um guia experiente, pois há lugares perigosos, principalmente junto ao cânion.

O Município de Praia Grande tem uma população estimada em 7.377<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,72<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 88.556.236,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 12.187,76, considerando uma população estimada em 2011 de 7.266 habitantes.

---

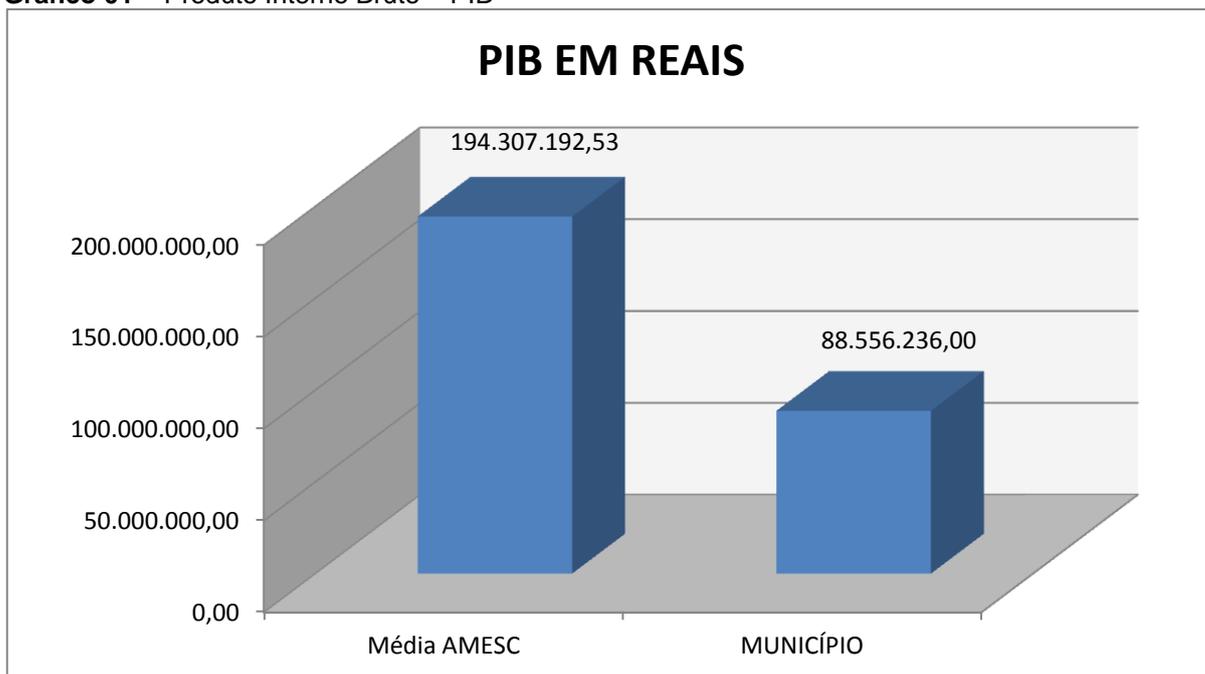
<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

<sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

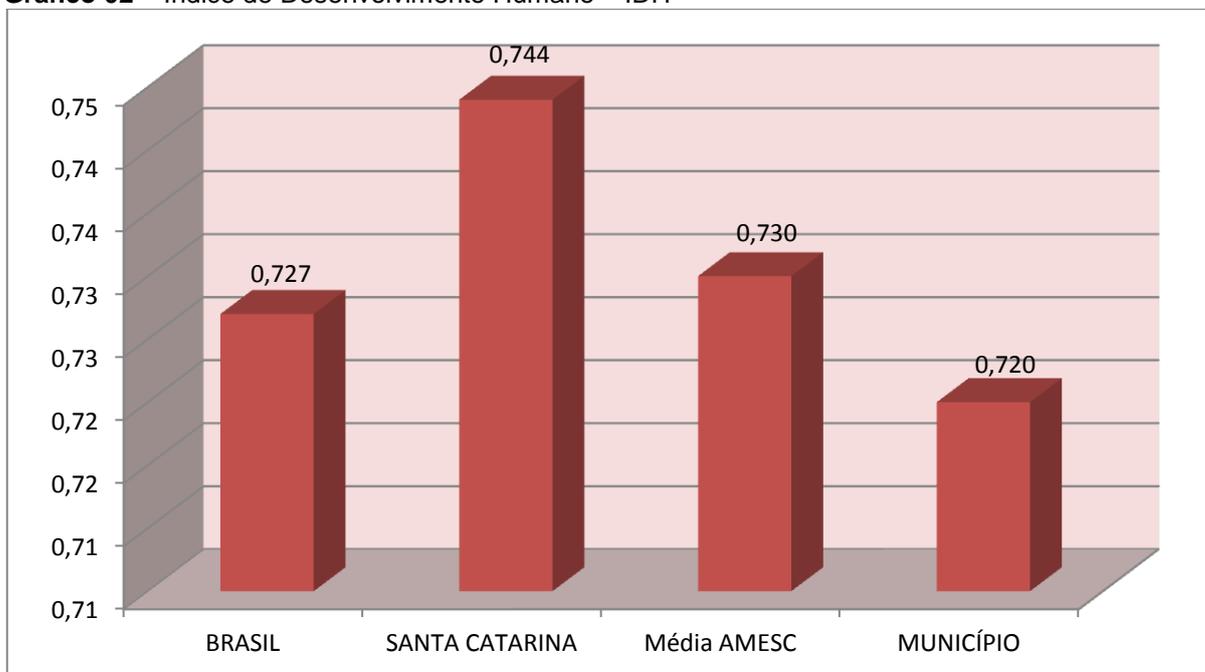
**Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB**



Fonte: IBGE – 2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Praia Grande encontra-se na seguinte situação:

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01** – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	20.446.985,00
PPA	2.222/2009	08/07/2009		
LDO	2.384/2012	26/09/2012	DESPESA FIXADA	20.446.985,00
LOA	2.387/2012	07/11/2012		

#### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 14.688,17**, correspondendo a **0,10%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 14.688,17, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 213.499,20 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 198.811,03.

**Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 1.179.929,58)**, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013**

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	20.446.985,00	14.473.326,28	70,78
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	23.299.972,41	14.488.014,45	62,18
<b>Déficit de Execução Orçamentária</b>		<b>14.688,17</b>	

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro e o resultado da execução orçamentária refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 2.280,51.

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Praia Grande nos últimos 5 anos:

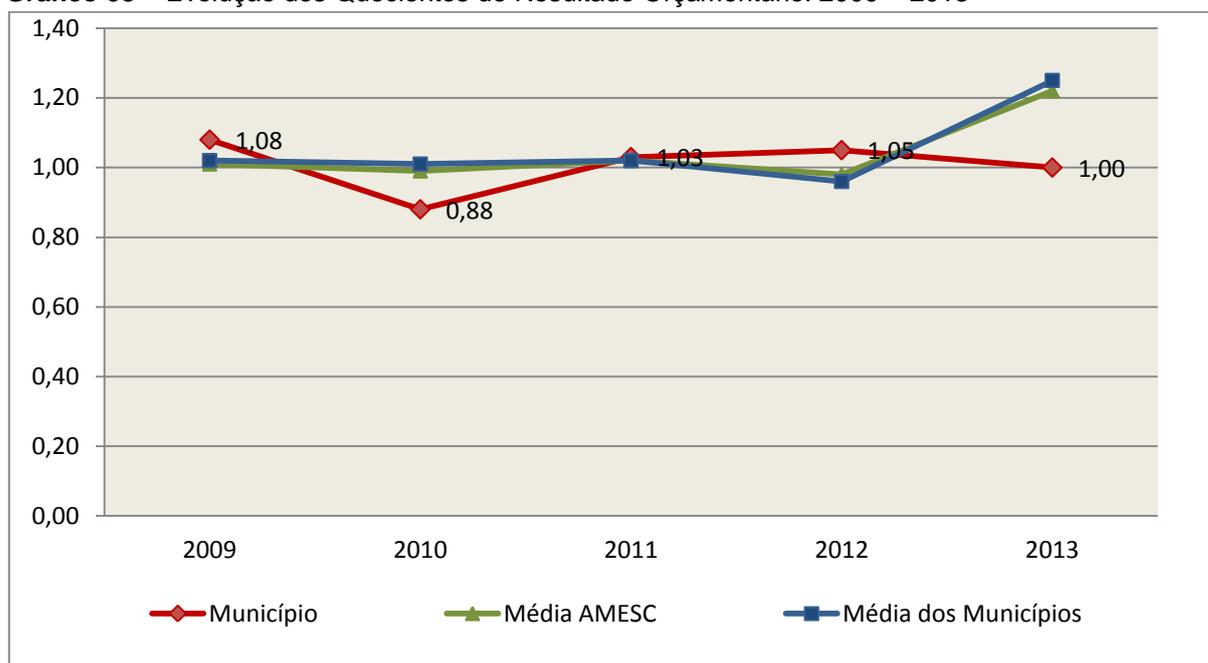
**Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2009-2013**

ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1   Receita realizada	9.655.920,60	10.729.472,27	15.168.992,93	16.087.871,16	14.473.326,28
2   Despesa executada	8.930.301,86	12.192.721,62	14.670.490,04	15.367.379,46	14.488.014,45
<b>QUOCIENTE</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Resultado Orçamentário (1÷2)	1,08	0,88	1,03	1,05	1,00

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 14.473.326,28**, equivalendo a **70,78%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

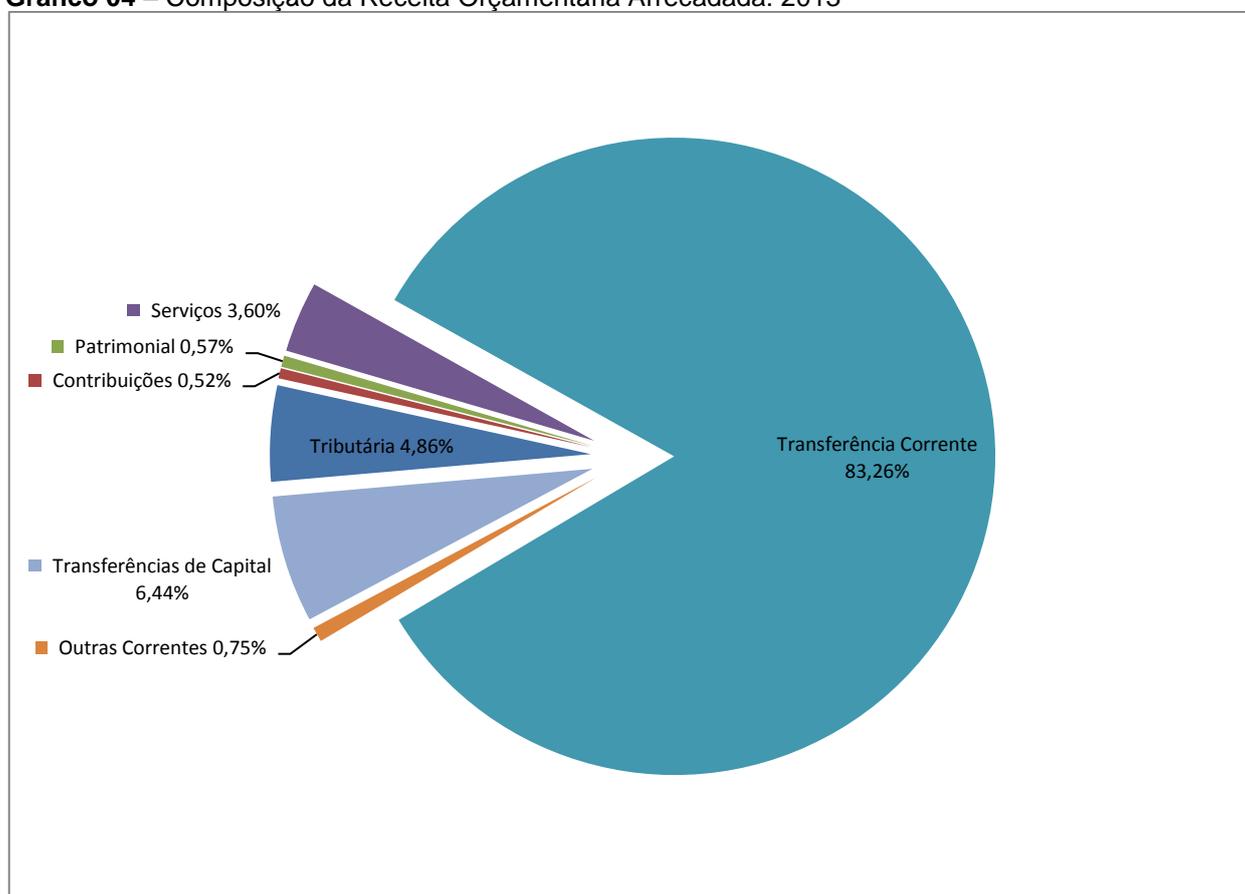
**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	626.030,00	703.801,54	112,42
Receita de Contribuições	73.216,00	74.748,59	102,09
Receita Patrimonial	166.920,00	82.864,41	49,64
Receita de Serviços	14.602,00	520.848,85	3.566,97

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	% ARRECADADO
Transferências Correntes	12.663.847,00	12.050.252,29	95,15
Outras Receitas Correntes	106.796,00	108.067,47	101,19
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>13.651.411,00</b>	<b>13.540.583,15</b>	<b>99,19</b>
Transferências de Capital	6.795.574,00	932.743,13	13,73
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>6.795.574,00</b>	<b>932.743,13</b>	<b>13,73</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>20.446.985,00</b>	<b>14.473.326,28</b>	<b>70,78</b>

Fonte: <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04** – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013



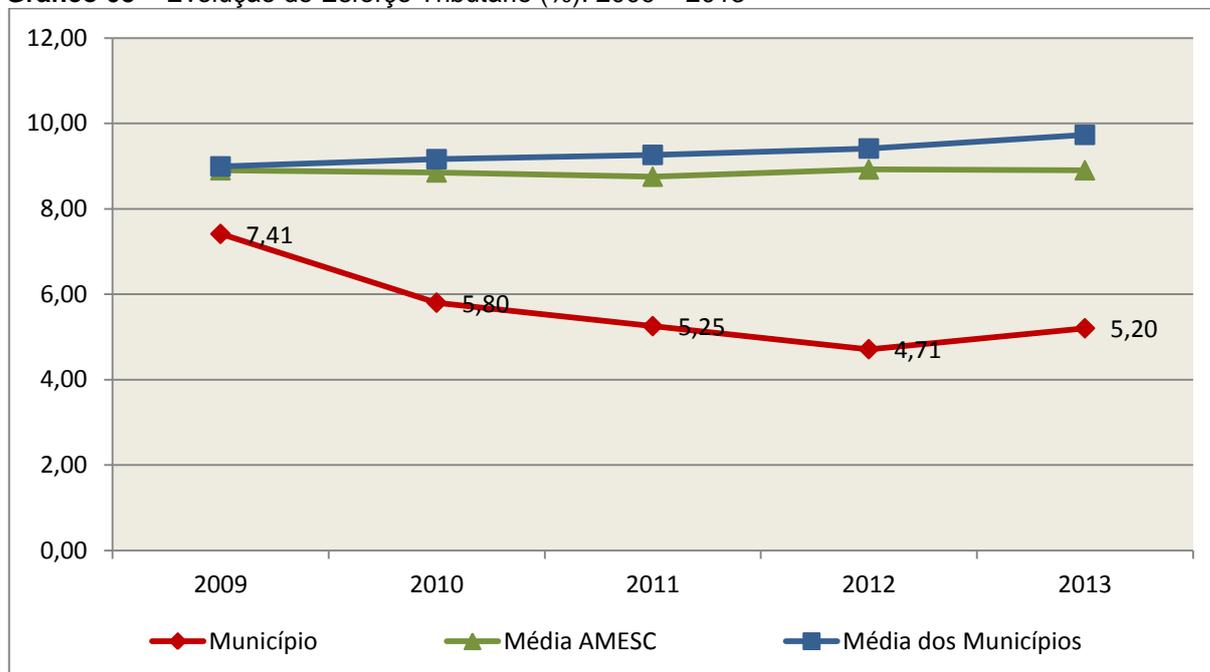
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **83,26%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue

mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

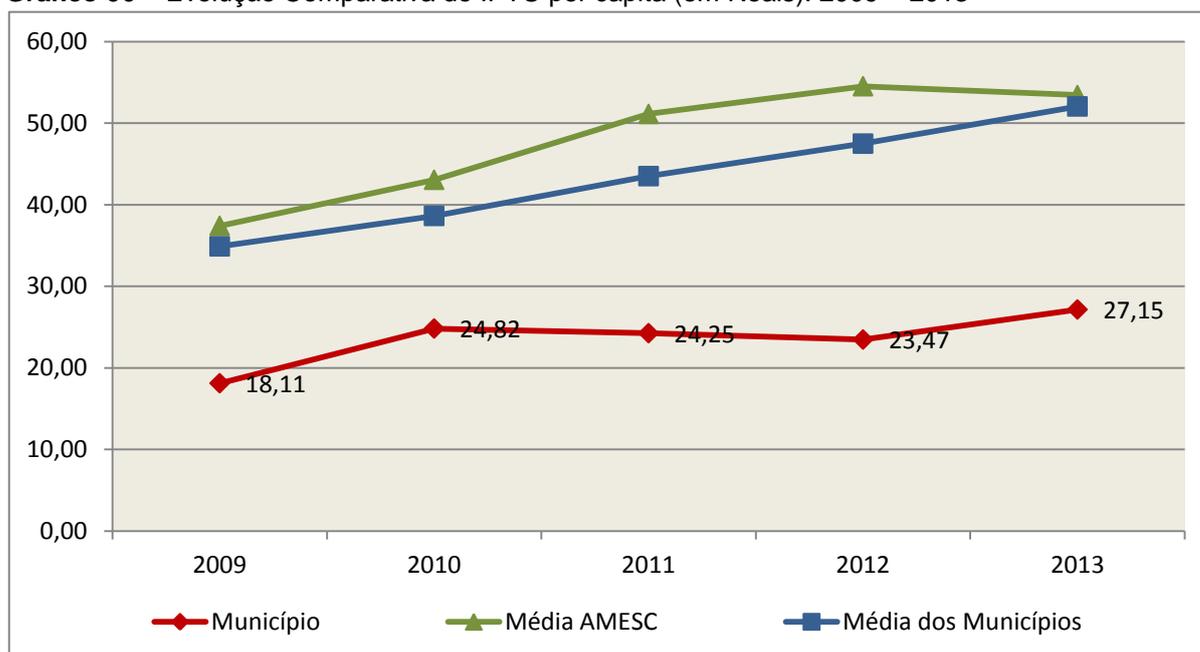


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

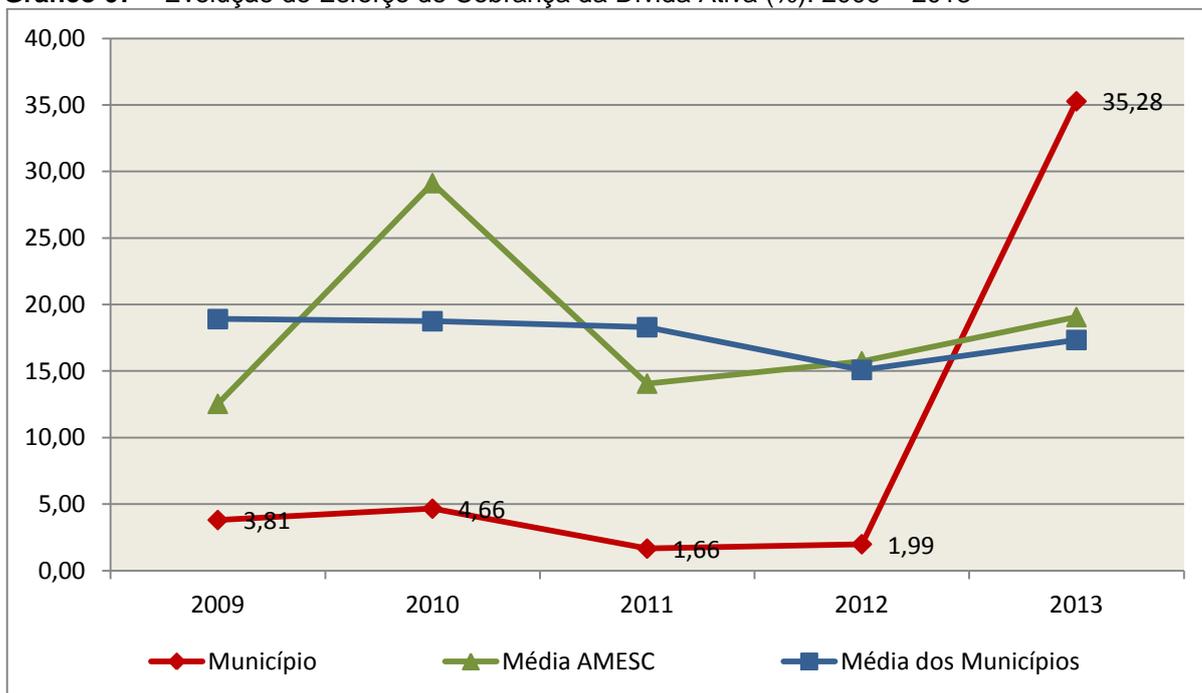
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
172.398,53	144.616,71	0,00	113.603,07	60.819,13	0,00	142.593,04

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	703.200,00	638.680,48	90,82
04-Administração	2.251.354,36	1.574.416,89	69,93
08-Assistência Social	1.354.467,83	638.275,96	47,12
10-Saúde	3.684.681,43	2.656.909,87	72,11
12-Educação	7.029.460,53	4.965.693,55	70,64
13-Cultura	210.528,38	5.258,66	2,50
15-Urbanismo	2.772.377,65	1.114.996,83	40,22
16-Habitação	100.000,00	-	-
17-Saneamento	1.385.100,00	-	-
20-Agricultura	323.270,37	138.661,70	42,89
22-Indústria	100.000,00	-	-
23-Comércio e Serviços	484.554,19	484.497,43	99,99
26-Transporte	2.508.784,08	1.892.428,57	75,43
27-Desporto e Lazer	75.100,00	68.424,62	91,11
28-Encargos Especiais	314.593,59	309.769,89	98,47

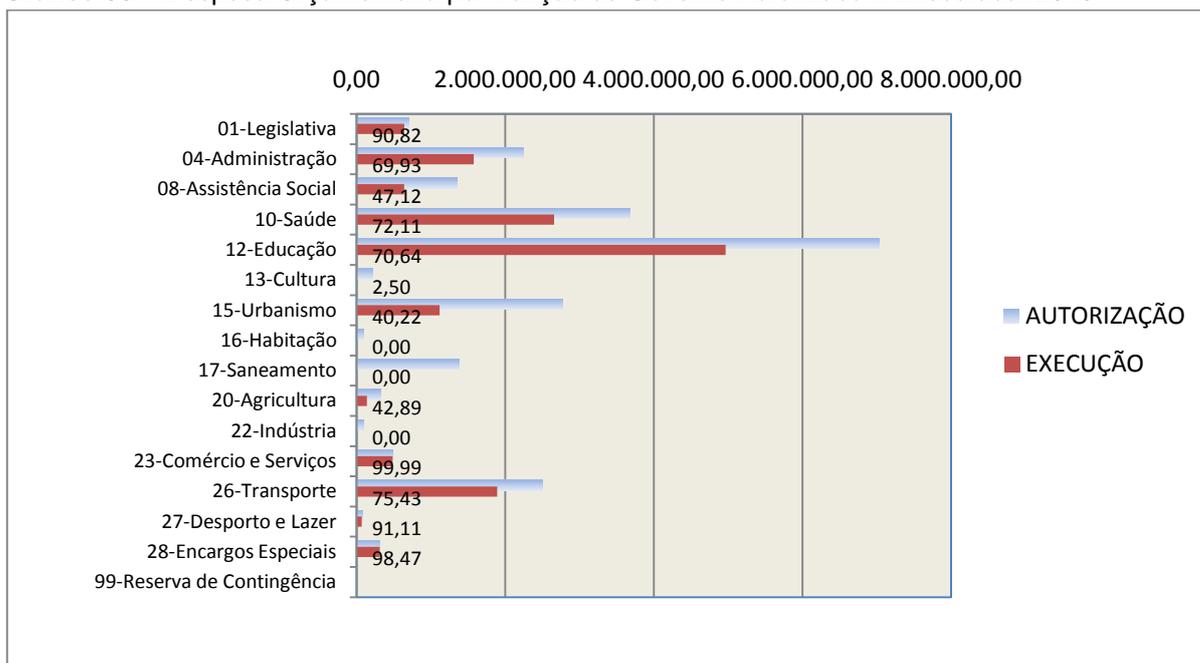
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
99-Reserva de Contingência	2.500,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>23.299.972,41</b>	<b>14.488.014,45</b>	<b>62,18</b>

Fontes: <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07** – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	527.999,96	554.807,28	568.465,47	633.503,88	638.680,48
04-Administração	1.157.317,18	1.381.309,84	1.302.812,38	1.416.880,87	1.574.416,89
08-Assistência Social	386.098,49	515.831,20	619.623,42	677.820,30	638.275,96

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
10-Saúde	2.086.194,56	2.101.155,21	2.262.289,46	2.917.425,40	2.656.909,87
12-Educação	2.317.623,67	3.018.549,62	3.643.852,34	4.285.195,03	4.965.693,55
13-Cultura	52,06	12.357,90	86.003,94	46.353,57	5.258,66
15-Urbanismo	664.033,24	862.080,81	1.115.344,81	1.671.764,24	1.114.996,83
16-Habitação	29.577,00	3.396,71	54,00	-	-
17-Saneamento	20.000,00	955.150,01	2.925.542,16	945.501,13	-
20-Agricultura	241.775,64	182.016,10	197.207,49	415.663,20	138.661,70
23-Comércio e Serviços	128.504,02	166.827,46	288.833,99	397.168,45	484.497,43
24-Comunicações	4.550,00	-	-	-	-
26-Transporte	1.054.816,92	1.437.835,48	1.212.422,84	1.442.154,12	1.892.428,57
27-Desporto e Lazer	41.857,09	770.303,88	180.126,53	249.318,90	68.424,62
28-Encargos Especiais	282.161,56	231.100,12	267.911,21	268.630,37	309.769,89
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>8.942.561,39</b>	<b>12.192.721,62</b>	<b>14.670.490,04</b>	<b>15.367.379,46</b>	<b>14.488.014,45</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08** – Apuração da Receita com Impostos: 2013

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	200.312,17	1,99
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	187.447,30	1,86
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	116.458,75	1,16
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	50.433,74	0,50
Cota do ICMS	3.424.842,38	34,03
Cota-Parte do IPVA	437.694,55	4,35
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	52.146,43	0,52
Cota-Parte do FPM	5.508.918,55	54,73
Cota do ITR	18.572,62	0,18
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	15.938,90	0,16
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	34.777,70	0,35
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	18.049,47	0,18
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>10.065.592,56</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	15.385.471,59
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.844.888,44
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.540.583,15</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Praia Grande (em Reais): 2012 – 2013

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
<b>Financeiro</b>	<b>1.383.584,87</b>	<b>1.379.800,31</b>	<b>Financeiro</b>	<b>203.655,29</b>	<b>212.278,39</b>
<b>Disponível</b>	<b>1.383.584,87</b>	<b>1.379.800,31</b>	<b>Depósitos</b>	<b>10.402,22</b>	<b>12.781,43</b>
Bancos Conta Movimento	597.205,78	435.677,20	Consignações	1.165,48	-
Bancos Conta Vinculada	783.000,44	944.123,11	Depósitos de Diversas Origens	9.236,74	12.781,43
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	3.378,65	-	<b>Restos a Pagar</b>	<b>193.253,07</b>	<b>199.496,96</b>
<b>Permanente</b>	<b>9.429.469,81</b>	<b>10.228.825,64</b>	Obrigações a Pagar	193.253,07	199.496,96
<b>Créditos</b>	<b>349.846,52</b>	<b>348.589,66</b>	<b>Permanente</b>	<b>1.770.963,33</b>	<b>1.604.126,47</b>
Devedores - Entidades e Agentes	975,75	-	<b>Dívida Fundada</b>	<b>1.210.123,74</b>	<b>1.065.028,36</b>
Empréstimos e Financiamentos	348.870,77	348.589,66	<b>Débitos Consolidados</b>	<b>560.839,59</b>	<b>539.098,11</b>
			Dívidas Renegociadas	21.741,48	65.224,44
			Obrigações a Pagar	539.098,11	473.873,67

ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
<b>Dívida Ativa</b>	<b>172.398,53</b>	<b>142.593,04</b>	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	62.745,69	74.745,40	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	109.652,84	4.133.014,09			
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa a Longo Prazo	-	4.065.166,45			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>39.412,20</b>	<b>21.342,69</b>			
Investimentos do RPPS - LP	0,00	21.342,69			
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	39.412,20	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>8.867.812,56</b>	<b>9.716.300,25</b>			
Bens Móveis e Imóveis	8.867.022,56	9.715.510,25			
Bens Imóveis	4.700.423,10	4.948.167,35			
Bens Móveis	4.166.599,46	4.767.342,90			
Bens Intangíveis	790,00	790,00			
<b>ATIVO REAL</b>	<b>10.813.054,68</b>	<b>11.608.625,95</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>1.974.618,62</b>	<b>1.816.404,86</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>8.838.436,06</b>	<b>9.792.221,09</b>
			Ativo Real Líquido	8.838.436,06	9.792.221,09
<b>TOTAL</b>	<b>10.813.054,68</b>	<b>11.608.625,95</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10.813.054,68</b>	<b>11.608.625,95</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 1.167.521,92** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,15** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 12.407,66** passando de um Superávit de **R\$ 1.179.929,58** para um Superávit de **R\$ 1.167.521,92**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 782.088,84**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

<b>Grupo Patrimonial</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Saldo final</b>	<b>Varição</b>
Ativo Financeiro	1.383.584,87	1.379.800,31	-3.784,56
Passivo Financeiro	203.655,29	212.278,39	8.623,10
<b>Saldo Patrimonial Financeiro</b>	<b>1.179.929,58</b>	<b>1.167.521,92</b>	<b>-12.407,66</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Praia Grande, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	816,55	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	34,58	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 0,00	460,39	Superávit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 460,39		
22 - Transferências de Convênios - Educação	185.725,47	Superávit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	36,60	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	164.619,82	Superávit
43 - Outras Especificações	17.879,18	Superávit
44 - Fundo Especial do Petróleo	5.142,79	Superávit
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	0,00	Superávit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	2.336,37	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	9.430,07	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	1.960,40	Superávit
55 - Convênio Trânsito - Civil	9.283,82	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	868,92	Superávit
58 - Salário Educação	104.306,12	Superávit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	13,60	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	3.152,46	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	8.922,10	Superávit
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	63.810,41	Superávit
63 - Bolsa Família	7.983,80	Superávit
64 - Atenção Básica	92.094,86	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	50.999,33	Superávit

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
66 - Vigilância em Saúde	36.972,99	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	36.368,38	Superávit
70 - Gestão SUS	21.888,95	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	110.325,33	Superávit
72 - Precatórios	0,00	Superávit
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	210.912,16	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	21.176,47	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>232.088,63</b>	<b>Superávit</b>

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12** – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013

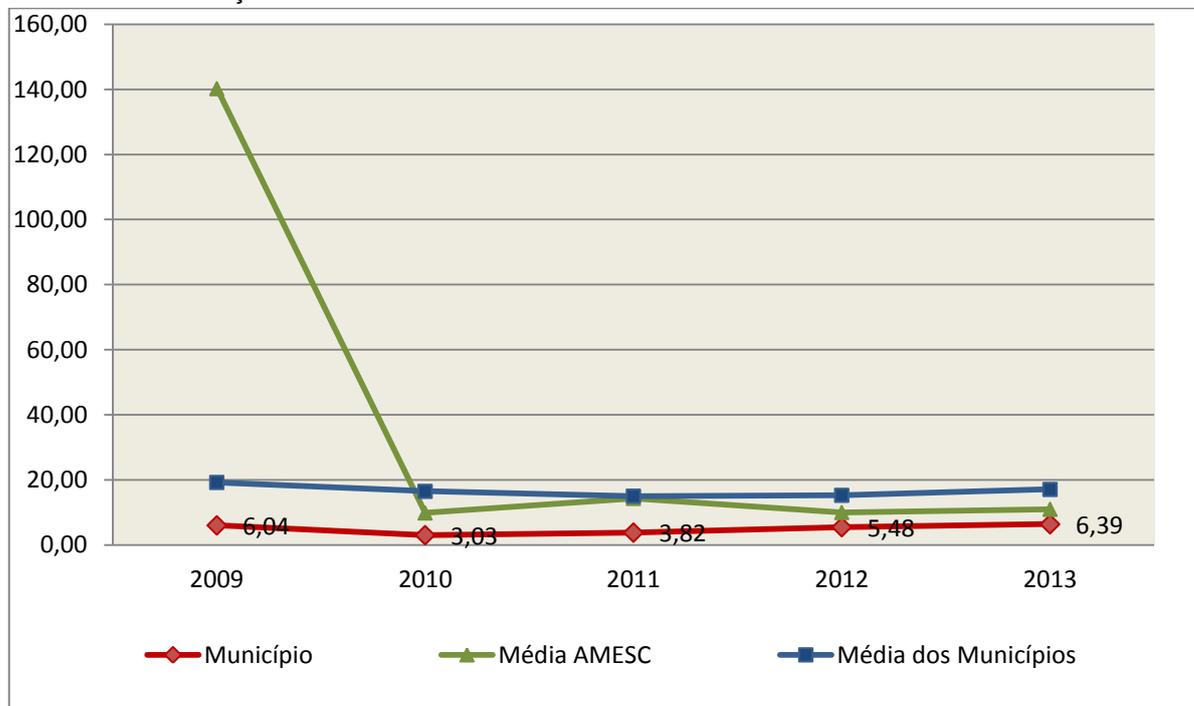
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	8.942.561,39	12.192.721,62	14.670.490,04	15.367.379,46	14.488.014,45
2 Restos a Pagar	634.305,90	1.843.144,52	1.961.623,16	193.253,07	199.496,96
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.896.721,58	1.749.081,56	2.361.428,51	1.383.584,87	1.379.800,31
4 Passivo Financeiro Ajustado	646.447,85	2.315.566,12	1.962.807,26	203.655,29	212.278,39
5 Ativo Real	7.947.672,08	9.657.348,31	11.377.626,86	10.813.054,68	11.608.625,95
6 Passivo Real	1.316.756,61	3.182.067,95	2.974.596,87	1.974.618,62	1.816.404,86
<b>QUOCIENTES</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Resultado Patrimonial (5÷6)	6,04	3,03	3,82	5,48	6,39
Situação Financeira (3÷4)	2,93	0,76	1,20	6,79	6,50
Restos a Pagar (2÷1)*100	7,09	15,12	13,37	1,26	1,38

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013



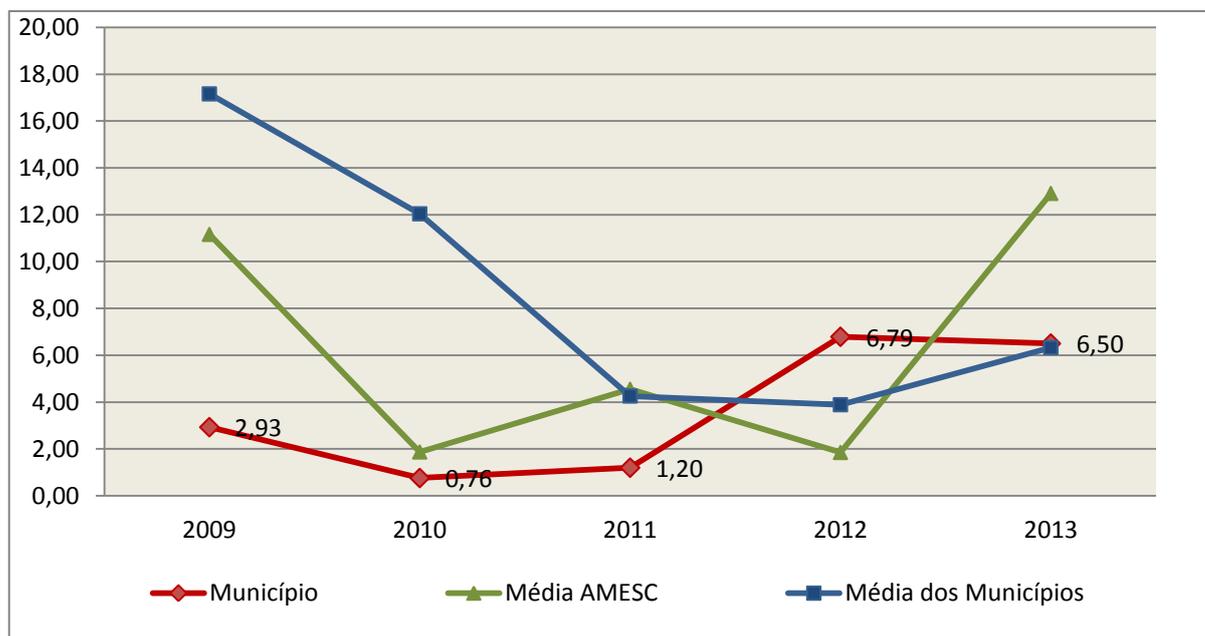
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **6,39** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

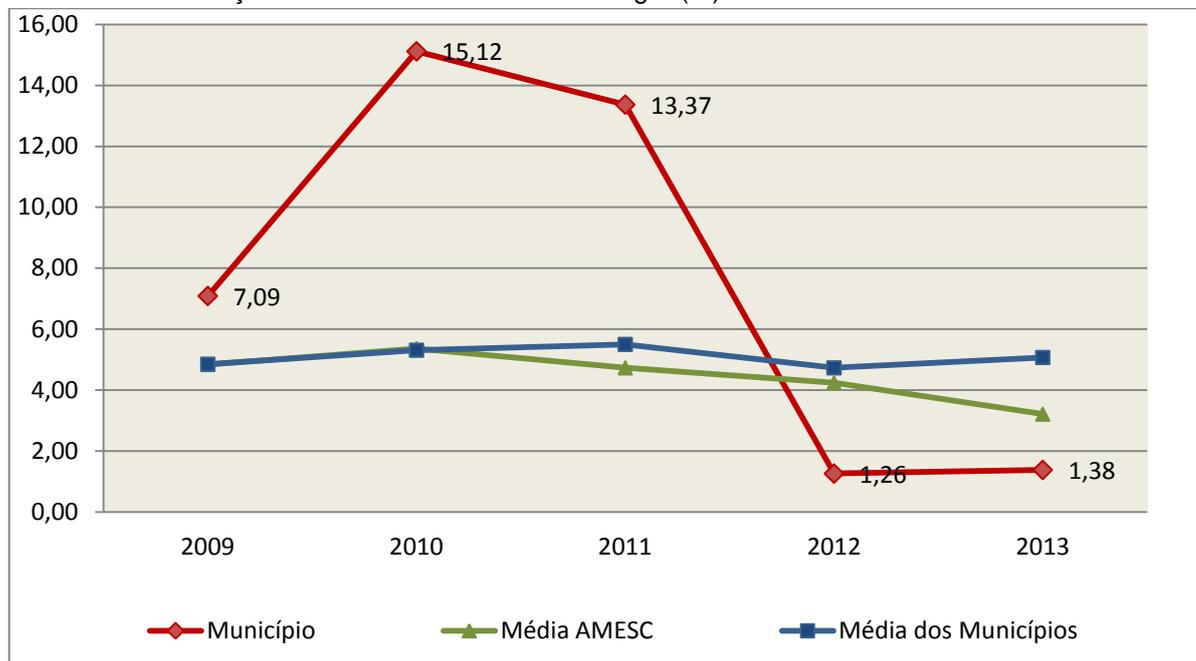
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **6,50** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Praia Grande é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **1,38%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.861.483,24** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **18,49%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 351.644,36**, representando **3,49%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o

disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

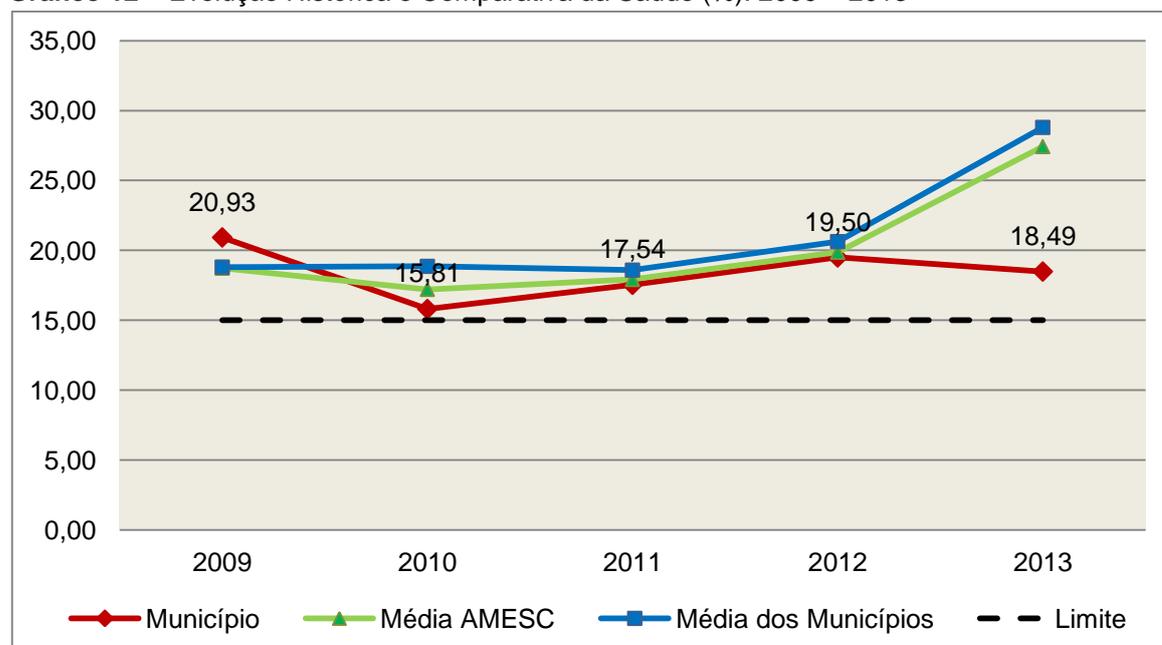
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>10.065.592,56</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.656.909,87	26,40
Atenção Básica	2.656.909,87	26,40
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	795.426,63	7,90
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>1.861.483,24</b>	<b>18,49</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.509.838,88	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>351.644,36</b>	<b>3,49</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Praia Grande em 2013 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.651.506,85** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **26,34%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 135.108,71**, representando **1,34%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

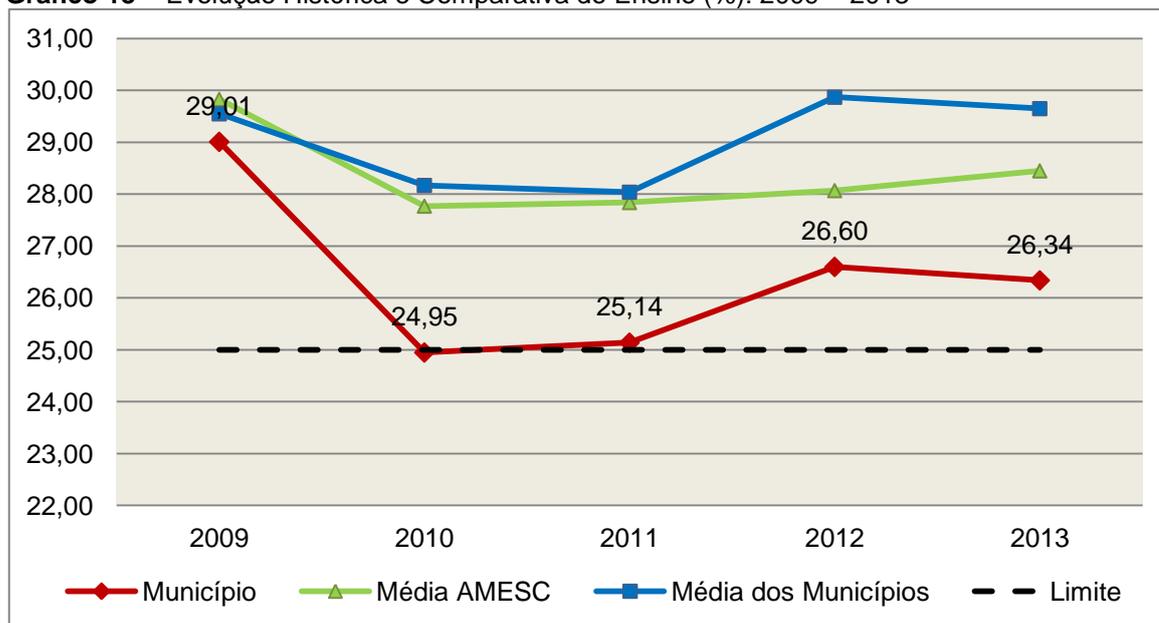
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>10.065.592,56</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>1.615.728,50</b>	<b>16,05</b>
Educação Infantil	1.615.728,50	16,05
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>3.349.965,05</b>	<b>33,28</b>
Ensino Fundamental	3.349.965,05	33,28
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	1.450.250,53	14,41
(-) Ganho com FUNDEB	859.273,77	8,54
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.662,40	0,05
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>2.651.506,85</b>	<b>26,34</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.516.398,14	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>135.108,71</b>	<b>1,34</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Praia Grande em 2013 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.097.530,61**, equivalendo a **77,43%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

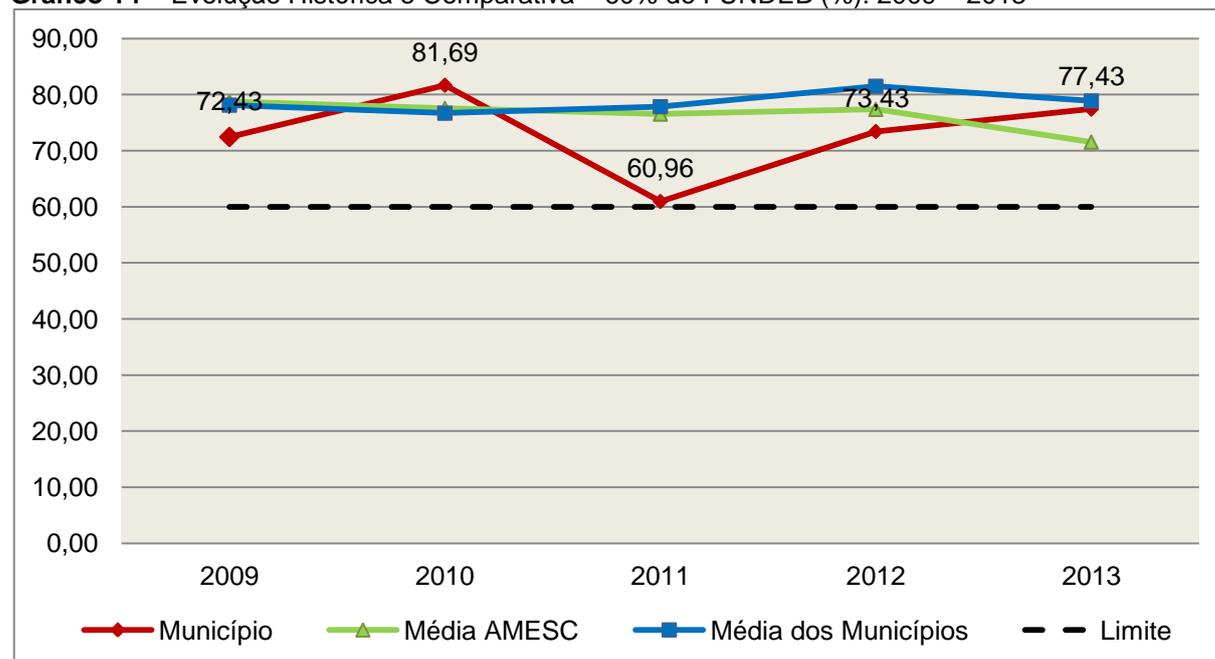
**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	2.704.162,21
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	4.662,40
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>2.708.824,61</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.625.294,77
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (excluídas despesas impróprias com inativos na ordem de R\$ 16.204,01)	2.097.530,61
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>472.235,84</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

**Gráfico 14** – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.672.770,83**, equivalendo a **98,67%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16** – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013

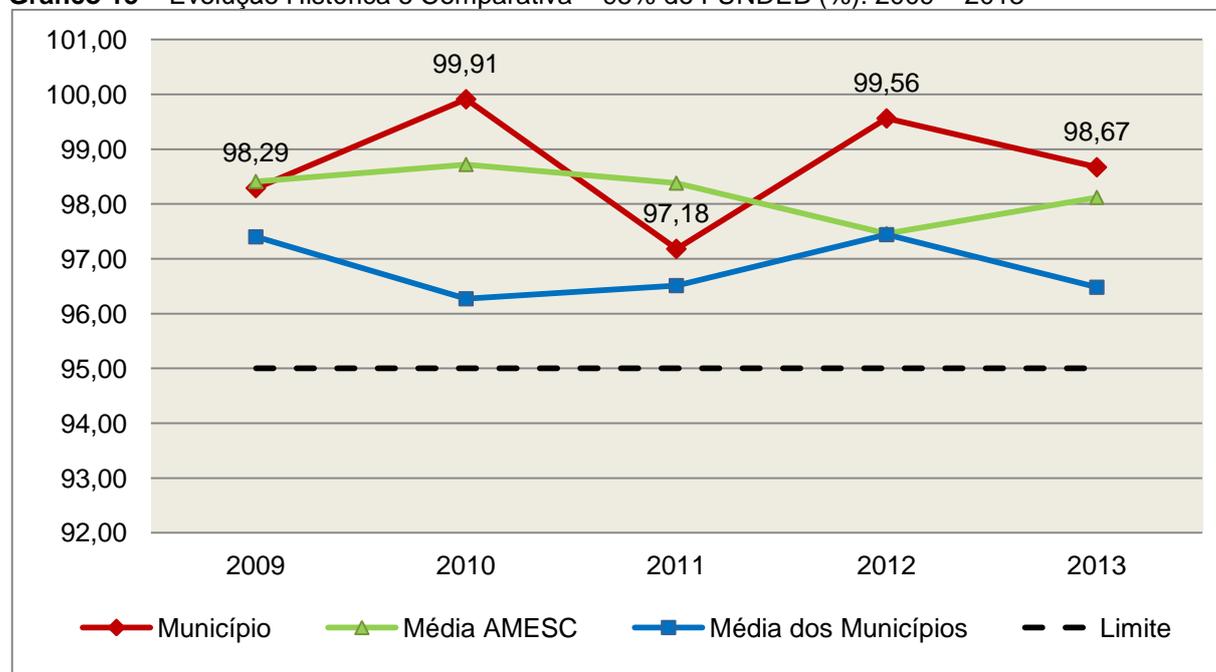
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>2.708.824,61</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	2.573.383,38
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *(excluídos Inativos no valor de R\$ 35.593,39 sendo R\$ 16.204,01 com rec. 18 e R\$ 19.389,38 com rec. 19)	2.672.770,83
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>99.387,45</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise,

o Município de Praia Grande reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 10.096,22, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	460,39
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>460,39</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.540.583,15</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.124.349,89	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>6.982.025,32</b>	<b>51,56</b>
Pessoal e Encargos	6.874.095,26	50,77

Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (valor relativo a rescisões e folha de pagamento)	107.930,06	0,80
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>498.305,11</b>	<b>3,68</b>
Pessoal e Encargos	498.305,11	3,68
<b>Total das deduções das despesas com pessoal*</b>	<b>107.930,06</b>	<b>0,80</b>
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>7.372.400,37</b>	<b>54,45</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	751.949,52	5,55

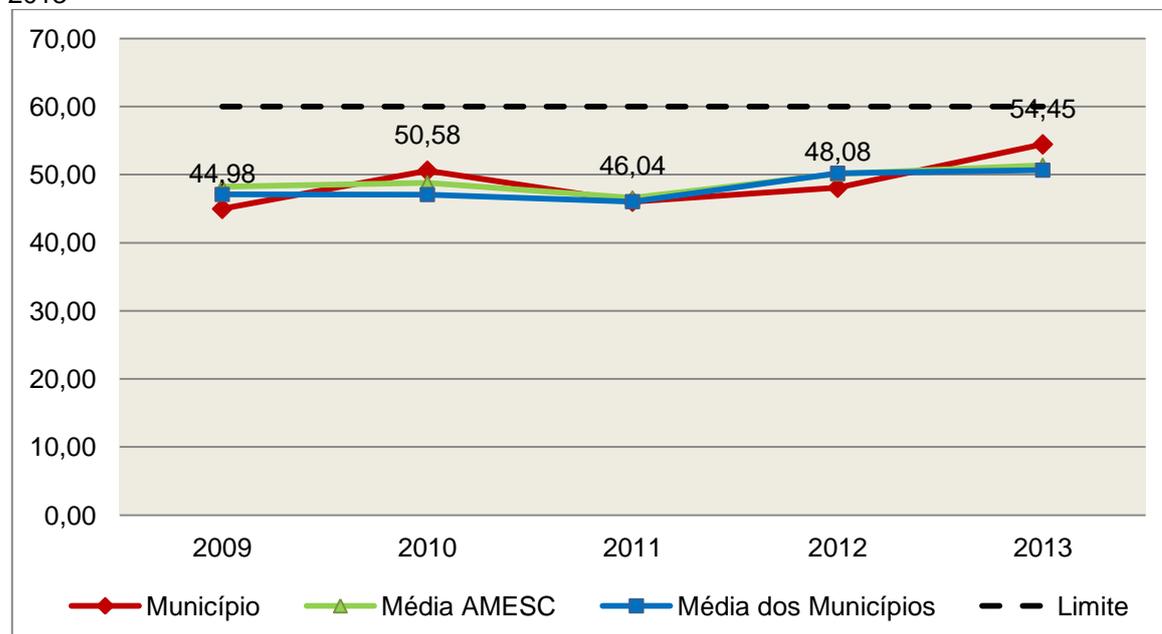
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **54,45%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Praia Grande, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.540.583,15</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.311.914,90	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.982.025,32	51,56
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	107.930,06	0,80
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>6.874.095,26</b>	<b>50,77</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	437.819,64	3,23

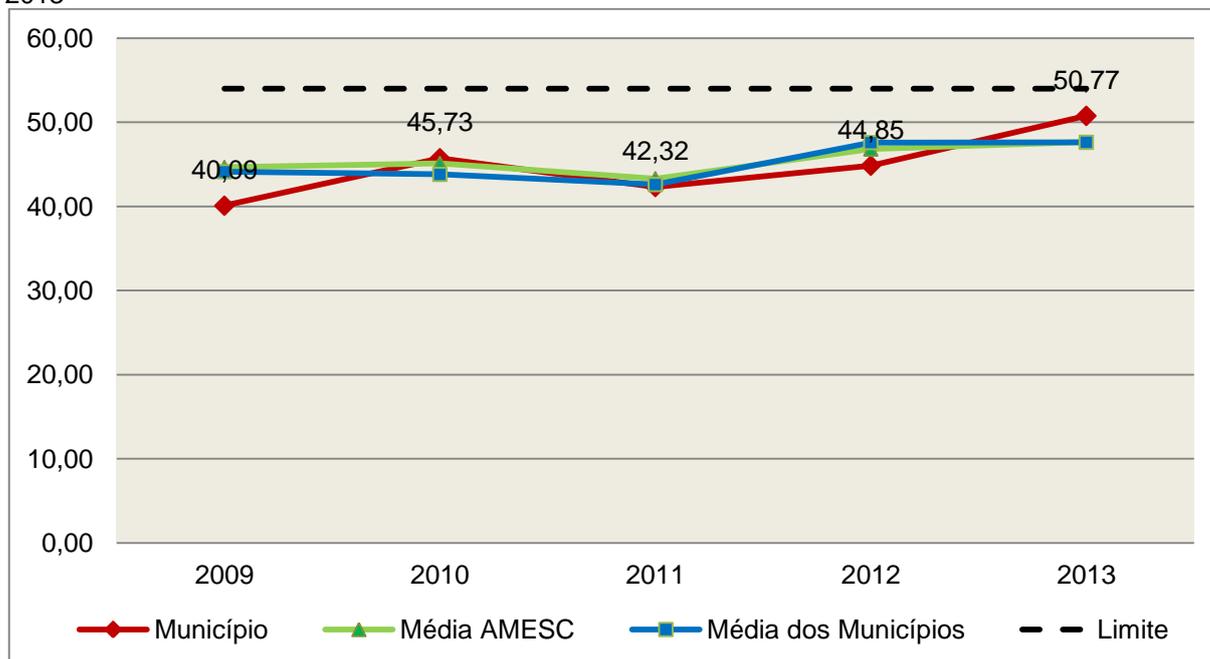
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **50,77%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

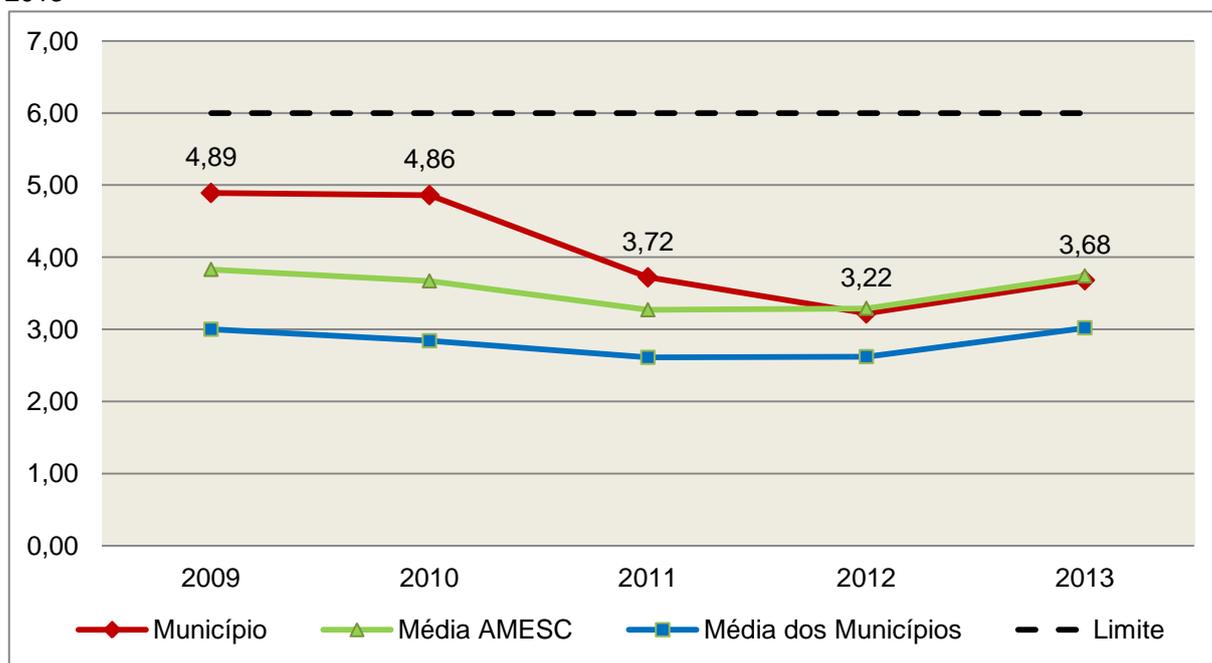
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.540.583,15</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	812.434,99	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	498.305,11	3,68
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>498.305,11</b>	<b>3,68</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	314.129,88	2,32

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,68%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

### 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACCS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Praia Grande**, constata-se que as contas do FUNDEB foram aprovadas pelo respectivo conselho.

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do

Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação,

bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Praia Grande**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo respectivo conselho.

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Praia Grande**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com

os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Praia Grande, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 32.497,81) representa 0,29% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 11.192.424,10).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 102 a 121, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 111 a 113;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Fundo Municipal de Assistência Social, conforme fls. 114.

#### **6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Praia Grande**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas.

## 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Praia Grande**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

## **6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)**

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Praia Grande**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013.

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010**

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização,

com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei

Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Praia Grande**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20** – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>DESCUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA</b>	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

<b>RECEITA</b> (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 16/12/2013 (fls. 133).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

### 8.2 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

### Quadro 21 – Síntese

<b>1) Balanço Anual Consolidado</b>	<b>Demonstra adequadamente</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
<b>2) Resultado Orçamentário</b>	<b>Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do</b>	R\$ 14.688,17

	exercício anterior	
<b>3) Resultado Financeiro</b>	Superávit	R\$ 1.167.521,92
<b>4) LIMITES</b>	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>4.1) Saúde</b>	15,00%	18,49%
<b>4.2) Ensino</b>	25,00%	26,34%
<b>4.3) FUNDEB</b>	60,00%	77,43%
	95,00%	98,67%
<b>4.4) Despesas com pessoal</b>	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>a) Município</b>	60,00%	54,45%
<b>b) Poder Executivo</b>	54,00%	50,77%
<b>c) Poder Legislativo</b>	6,00%	3,68%
<b>4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010</b>	<b>DESCUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Praia Grande**.

Diante da **Restrição de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas no item **8**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 8, em 23/05/2014.

BEATRIZ RUFFINI GONCALO  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

TERESINHA DE JESUS BASTO DA  
SILVA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 8**

De Acordo

Em 23/05/2014.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Inspetoria 3**

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Luiz Cláudio Viana  
**Diretor em Exercício**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	783.427,63
Despesas com inativos e Pensionistas	11.999,00
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>795.426,63</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	485.406,97
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	36.494,02
Outras despesas dedutíveis com Educação Infantil (Inativos empenhados com a fonte de recurso 18 – Aplicação Profissionais Magistério FUNDEB)	16.204,01
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	751.452,45
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	141.303,70
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental (Inativos empenhados com a fonte de recurso 19 – Outras Despesas Correntes FUNDEB)	19.389,38
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>1.450.250,53</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94, relativo a folha de pagamento e rescisões trabalhistas)	107.930,06
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>	<b>107.930,06</b>
<b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>	<b>107.930,06</b>



## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2013	301	748,20	748,20	748,20
43 - Outras Especificações	2013	301	86.018,32	86.018,32	86.018,32
64 - Atenção Básica	2013	301	624.874,74	624.874,74	624.874,74
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2013	301	54.600,00	54.600,00	54.600,00
66 - Vigilância em Saúde	2013	301	3.938,96	3.938,96	3.938,96
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	301	10.922,41	10.922,41	10.922,41
70 - Gestão SUS	2013	301	2.325,00	2.325,00	2.325,00
<b>TOTAL</b>			<b>783.427,63</b>	<b>783.427,63</b>	<b>783.427,63</b>

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	365	274.677,63	274.677,63	274.677,63
58 - Salário Educação	2013	365	26.438,68	26.438,68	26.438,68
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2013	365	50.826,06	50.826,06	50.826,06
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2013	365	133.464,60	133.464,60	133.464,60
<b>TOTAIS</b>			<b>485.406,97</b>	<b>485.406,97</b>	<b>485.406,97</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	657	18/03/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	616,32	616,32	616,32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. REF. AQUISIÇÃO DE 288 LITROS. (Licitação Nº : 2/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	948	11/04/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	616,32	616,32	616,32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. REF.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
									AQUISIÇÃO DE 288 LITROS LEITE. (Licitação Nº : 2/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	1482	27/05/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	616,32	616,32	616,32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. REF. AQUISIÇÃO DE 288 LITROS DE LEITE. (Licitação Nº : 2/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	1758	17/06/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	616,32	616,32	616,32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR). REF. AQUISIÇÃO DE 288 LITROS LEITE INTEGRAL.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	2965	17/09/2013	ARMAZEM SOUPAC LTDA-EPP	21.995,99	21.995,99	21.995,99	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR REFERENTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2013, CONF. LISTA DE ITENS EM ANEXO AO EDITAL (Licitação Nº : 15/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	2971	17/09/2013	BISCOITOS KAUE LTDA ME	251,60	251,60	251,60	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR REFERENTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2013, CONF. LISTA DE ITENS EM ANEXO AO EDITAL (Licitação Nº : 15/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	3729	25/11/2013	ARMAZEM SOUPAC LTDA-EPP	388,62	388,62	388,62	AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL(UHT) PARA MERENDA ESCOLAR REF. AO SEGUNDO SEMESTRE DE 2013. (Licitação Nº : 17/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3948	03/12/2013	SOUMAR DIST. GEN, ALIM. LTDA	2.105,00	2.105,00	2.105,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. AQUISIÇÃO DE 20 PC BALA BANANA 1KG, 20 PC BALA SORTIDA 700GR, 210 PC BISCOITO RECHEADO 120GR, 450 PC BISCOITO RECHEADO 120GR, 340 PC BISCOITO RECHEADO 120 GR, 20 PC BOMBOM BEL 50UN, ENTRE OUTROS, PARA DISTRIBUIÇÃO AS CRIANÇAS DOS PRÉ ESCOLAS MUNICIPAIS.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	719	18/03/2013	ARMAZEM SOUPAC LTDA-EPP	5.178,05	5.178,05	5.178,05	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	1298	07/05/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	616,32	616,32	616,32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	2083	08/07/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	616,32	616,32	616,32	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	2105	11/07/2013	ARMAZEM SOUPAC LTDA-EPP	2.650,64	2.650,64	2.650,64	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR).REEMPENHO CONF NOTA DE EMPENHO Nº 717, QUE FOI



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
									ANULADO CONF. DOTAÇÃO INDEVIDA.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	365	2641	21/08/2013	ARMAZEM SOUPAC LTDA-EPP	226,20	226,20	226,20	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR). REEMPENHO NOTA DE EMPENHO Nº718.
<b>TOTAL</b>						<b>36.494,02</b>	<b>36.494,02</b>	<b>36.494,02</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	361	150.312,18	150.312,18	150.312,18
58 - Salário Educação	2013	361	205.387,90	205.387,90	205.387,90
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2013	361	2.041,44	2.041,44	2.041,44
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2013	361	57.971,53	57.971,53	57.971,53
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	95.239,40	95.239,40	95.239,40
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2013	361	240.500,00	240.500,00	240.500,00
<b>TOTAL</b>			<b>751.452,45</b>	<b>751.452,45</b>	<b>751.452,45</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	361	718	18/03/2013	ARMAZEM SOUPAC LTDA-EPP	1.836,40	1.836,40	1.836,40	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR)
Prefeitura	00 - Recursos	361	2104	11/07/2013	ARMAZEM SOUPAC	5.468,37	5.468,37	5.468,37	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Praia Grande	Ordinários				LTDA-EPP				GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR). REEMPENHO CONF NOTA DE EMPENHO Nº 716, QUE FOI ANULADO CONF. DOTAÇÃO INDEVIDA.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2448	07/08/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	979,98	979,98	979,98	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR).
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2967	17/09/2013	ARMAZEM SOUPAC LTDA-EPP	13.392,27	13.392,27	13.392,27	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR REFERENTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2013, CONF. LISTA DE ITENS EM ANEXO AO EDITAL (Licitação Nº : 15/2013-PR)
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	13	07/01/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	840,00	840,00	840,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. TAXAS MÊS DEZEMBRO/2012, C/ ESTAGIÁRIOS ALICE PEREIRA ALVES DESLIGADO 31/12/12, ANGELICA CAMILA DOS SANTOS DESLIGADO 10/12/12, BRUNA BORGES MARTINS DESLIGADO 31/12/12, BRUNA DE OLIVEIRA DESLIGADO 01/12/12, BRUNO MAGNUS DE FAVERI DESLIGADO 10/12/12, CAMILA CANDIDO DOS SANTOS DESLIGADO 10/12/12, CAMILA DA SILVA LIMA DESLIGADO 31/12/12, CLAUDIA MAGNUS ROCHA DESLIGADO 31/12/12, DEBORA AGUIAR DA SILVA DESLIGADO 31/12/12, ELIDA SANTOS MICHELON DESLIGADO 10/12/12, ESTER RAUP DE SOUZA DESLIGADO 01/12/12, FERNANDA SILVEIRA MARTINS, GABRIELA CRISTINA MENDONÇA DESLIGADO 31/12/12, GISLAINE DA SILVA RUFINO DOS SANTOS
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	247	15/02/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	42,00	42,00	42,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFA ESTAGIARIO GUILHERME PARAOL DE MATOS, Mês JANEIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	301	22/02/2013	CAMILA CANDIDO DOS SANTOS	133,33	133,33	133,33	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126298 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	304	22/02/2013	DEBORA AGUIAR DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 119384 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	305	22/02/2013	GUILHERME PARAOL DE MATOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 116843 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de	00 - Recursos Ordinários	366	310	22/02/2013	GIOVANA APOLINARIO DA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS DE FEVEREIRO/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Praia Grande					SILVA				
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	560	08/03/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	294,00	294,00	294,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, CAMILA CANDIDO DA SILVA, CAMILA DA SILVA LIMA, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, GIOVANA APOLINARIO DA SILVA (COBRANÇA RETROATICA 2PARC) GUILHERME PARAOL DE MATOS, M&S FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	641	18/03/2013	CAMILA DA SILVA LIMA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125017 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	642	18/03/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	643	18/03/2013	DEBORA AGUIAR DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 119384 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	646	18/03/2013	BRUNA DE OLIVEIRA	270,00	270,00	270,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125467 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2298	30/07/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	308,16	308,16	308,16	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR). REF 144 LITROS.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2552	12/08/2013	ARMAZEM SOUPAC LTDA-EPP	3.300,31	3.300,31	3.300,31	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MERENDA ESCOLAR DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 8/2013-PR).REF. AQUISIÇÃO DE CAFÉ BOM JESUS 500G, PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR. ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2884	10/09/2013	ANCS DISTRIBUIDORA LTDA	2.204,34	2.204,34	2.204,34	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS(MERENDA ESCOLAR) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E PETI. (Licitação Nº : 2/2013-PR).REEMPENHO NOTA DE EMPENHO Nº2448.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	157	28/01/2013	GIOVANA APOLINARIO DA SILVA	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS REF. JANEIRO/2013.
Prefeitura Municipal de	00 - Recursos Ordinários	366	158	28/01/2013	GUILHERME PARAOL DE MATOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 116843 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE JANEIRO/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Praia Grande									
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	300	22/02/2013	ANGELICA CAMILA DOS SANTOS PADILHA	133,33	133,33	133,33	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126212 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	302	22/02/2013	CAMILA DA SILVA LIMA	319,99	319,99	319,99	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125017 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	303	22/02/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	133,33	133,33	133,33	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	306	22/02/2013	GABRIELA CRISTINA MENDONÇA	133,33	133,33	133,33	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 128369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	307	22/02/2013	BRUNA DE OLIVEIRA	133,33	133,33	133,33	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125467 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	308	22/02/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	133,33	133,33	133,33	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	309	22/02/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	311	22/02/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	133,33	133,33	133,33	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	394	27/02/2013	CAMILA DA SILVA LIMA	53,32	53,32	53,32	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125017 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. SALDO PENDENTE NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	395	27/02/2013	CAMILA CANDIDO DOS SANTOS	53,32	53,32	53,32	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126298 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. SALDO PENDENTE NO MES DE FEVEREIRO/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Grande									
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	396	27/02/2013	GABRIELA CRISTINA MENDONÇA	239,99	239,99	239,99	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 128369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. SALDO PENDENTE NO MES DE FEVEREIRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	644	18/03/2013	GUILHERME PARAOL DE MATOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 116843 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	648	18/03/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	650	18/03/2013	JULIANA DE SANTANA LUMERTZ	678,00	678,00	678,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 130800 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	652	18/03/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE MARÇO/2013..
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	653	18/03/2013	AMANDA SANTOS CORREA	600,00	600,00	600,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1142	23/04/2013	GUILHERME PARAOL DE MATOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 116843 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1144	23/04/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1145	23/04/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1148	23/04/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE ABRIL/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1150	23/04/2013	AMANDA SANTOS CORREA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1151	23/04/2013	LETICIA DE JESUS VIEIRA	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1343	09/05/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	672,00	672,00	672,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS. ALICE PEREIRA ALVES, AMANDA SANTOS CORREA, BRUNA DE OLIVEIRA CARVALHO, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CAMILA CANDIDO DOS SANTOS, CAMILA DA SILVA LIMA, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DEBORA AGUIAR DA SILVA, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, GABRIELA CRISTINA MENDONÇA, GIOVANA APOLINARIO DA SILVA, GUILHERME PARAOL DE MATOS, LETICIA DE JESUS VIEIRA, MICHELLE BERTOTI, MORGANA SANTOS LUIZ. REF M&S ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1459	24/05/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1460	24/05/2013	DEBORA AGUIAR DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 119384 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1462	24/05/2013	GABRIELA CRISTINA MENDONÇA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 128369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1464	24/05/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1467	24/05/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1471	24/05/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de	00 - Recursos Ordinários	366	1608	04/06/2013	JOSE AUGUSTO LAZARI RODRIGUES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164927-1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE MAIO/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Praia Grande									
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	645	18/03/2013	GABRIELA CRISTINA MENDONÇA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 128369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	647	18/03/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	649	18/03/2013	GIOVANA APOLINARIO DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	651	18/03/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº ----- SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	654	18/03/2013	LETICIA DE JESUS VIEIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	892	03/04/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	672,00	672,00	672,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, AMANDA SANTOS CORREA, BRUNO DE OLIVEIRA CARVALHO, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CAMILA CANDIDO DOS SANTOS, CAMILA DA SILVA LIMA, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DEBORA AGUIAR DA SILVA, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, GABRIELA CRISTINA MENDONÇA (COBRANÇA RETROATIVA 2PARC), GIOVANA APOLINARIO DA SILVA, GUILHERME PARAOL DE MATOS, LETICIA DE JESUS VIEIRA, MICHELLE BERTOTI (COBRANÇA RETROATIVA 2PARC), REF Mês MARÇO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1139	23/04/2013	CAMILA DA SILVA LIMA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125017 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1140	23/04/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1141	23/04/2013	DEBORA AGUIAR DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 119384 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE ABRIL/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Grande									
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1143	23/04/2013	GABRIELA CRISTINA MENDONÇA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 128369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1146	23/04/2013	GIOVANA APOLINARIO DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1147	23/04/2013	JULIANA DE SANTANA LUMERTZ	678,00	678,00	678,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 130800 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1149	23/04/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1278	07/05/2013	ASSOC DOS ESTUDANTES TÉCNICOS, TECNÓLOGOSE UNIVERS	30.000,00	30.000,00	30.000,00	PELA TRANSF. DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES TÉCNICOS, TECNÓLOGOS E UNIVERSITÁRIOS DE PRAIA GRANDE.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1360	10/05/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	317,00	317,00	317,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE ABRIL/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1458	24/05/2013	CAMILA DA SILVA LIMA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125017 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1461	24/05/2013	GUILHERME PARAOL DE MATOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 116843 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1680	10/06/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	672,00	672,00	672,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, AMANDA SANTOS CORREA, BRUNA DE OLIVEIRA CARVALHO, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CAMILA CANDIDO DOS SANTOS, CAMILA DA SILVA LIMA, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DEBORA AGUIAR DA SILVA, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, GABRIELA CRISTINA MENDONÇA, GIOVANA APOLINARIO DA SILVA, JOSÉ AUGUSTO LAZARI RODRIGUES, JULIANA DE SANTANA LUMMERTZ, LETICIA DE JESUS VIEIRA, MICHELLE BERTOTI, MORGANA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
									SANTOS LUIZ. REF Mês MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1972	01/07/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1973	01/07/2013	DEBORA AGUIAR DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 119384 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1975	01/07/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1976	01/07/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1977	01/07/2013	GIOVANA APOLINARIO DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1978	01/07/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1980	01/07/2013	AMANDA SANTOS CORREA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1981	01/07/2013	LETICIA DE JESUS VIEIRA	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1996	02/07/2013	JOSE AUGUSTO LAZARI RODRIGUES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164927-1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2304	31/07/2013	CAMILA DA SILVA LIMA	569,99	569,99	569,99	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125017 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE JULHO/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2324	01/08/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2326	01/08/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2328	01/08/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2334	01/08/2013	AMANDA SANTOS CORREA	573,33	573,33	573,33	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2378	02/08/2013	JOSE AUGUSTO LAZARI RODRIGUES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164927-1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2749	29/08/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2751	29/08/2013	GIOVANA APOLINARIO DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1463	24/05/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1465	24/05/2013	GIOVANA APOLINARIO DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1466	24/05/2013	JULIANA DE SANTANA LUMERTZ	678,00	678,00	678,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 130800 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura	00 - Recursos	366	1468	24/05/2013	BRUNO MAGNUS DE	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Praia Grande	Ordinários				FAVERI				ESTAGIÁRIO NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1469	24/05/2013	AMANDA SANTOS CORREA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1470	24/05/2013	LETICIA DE JESUS VIEIRA	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1648	06/06/2013	JULIANA DE SANTANA LUMERTZ	113,00	113,00	113,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 130800 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, PERÍODO DE GOZO DO RECESSO REMUNERADO, REF. 5 DIAS.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1971	01/07/2013	CAMILA DA SILVA LIMA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125017 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1974	01/07/2013	GABRIELA CRISTINA MENDONÇA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 128369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1979	01/07/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1982	01/07/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	1983	01/07/2013	LAURA RODRIGUES ALVES	546,70	546,70	546,70	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 218094 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JUNHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2074	08/07/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	714,00	714,00	714,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, AMANDA SANTOS CORREA, BRUNA DE OLIVEIRA CARVALHO, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CAMILA CANDIDO DOS SANTOS, CAMILA DA SILVA LIMA, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DEBORA AGUIAR DA SILVA, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, GABRIELA CRISTINA MENDONÇA, GIOVANA APOLINARIO DA SILVA, JOSÉ AUGUSTO LAZARI RODRIGUES, LETICIA DE JESUS VIEIRA,

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
									MICHELLE BERTOTI, MORGANA SANTOS LUIZ. REF M&S MAIO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2305	31/07/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2306	31/07/2013	DEBORA AGUIAR DA SILVA	749,99	749,99	749,99	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 119384 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2322	01/08/2013	GABRIELA CRISTINA MENDONÇA	559,99	559,99	559,99	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 128369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA REF. MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2323	01/08/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2325	01/08/2013	GIOVANA APOLINARIO DA SILVA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2335	01/08/2013	LETICIA DE JESUS VIEIRA	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2336	01/08/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2337	01/08/2013	LAURA RODRIGUES ALVES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 218094 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2338	01/08/2013	DRIELI CARDOSO DE OLIVEIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356292 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2339	01/08/2013	BRUNA CITADIN MAGNUS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356288 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE JULHO/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2439	06/08/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	672,00	672,00	672,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, AMANDA SANTOS CORREA, BRUNA DE OLIVEIRA CARVALHO, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CAMILA CANDIDO DOS SANTOS, CAMILA DA SILVA LIMA, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DEBORA AGUIAR DA SILVA, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, GABRIELA CRISTINA MENDONÇA, GIOVANA APOLINARIO DA SILVA, JOSÉ AUGUSTO LAZARI RODRIGUES, LETICIA DE JESUS VIEIRA, MICHELLE BERTOTI, MORGANA SANTOS LUIZ. REF M&S JULHO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2748	29/08/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2750	29/08/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2753	29/08/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2754	29/08/2013	LETICIA DE JESUS VIEIRA	512,00	512,00	512,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2755	29/08/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2756	29/08/2013	LAURA RODRIGUES ALVES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 218094 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2848	05/09/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	672,00	672,00	672,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, AMANDA SANTOS CORREA, BRUNA DE OLIVEIRA CARVALHO, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CAMILA CANDIDO DOS SANTOS, CAMILA DA SILVA LIMA, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DEBORA AGUIAR DA SILVA, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, GABRIELA CRISTINA MENDONÇA, GIOVANA APOLINARIO DA SILVA, JOSÉ AUGUSTO LAZARI RODRIGUES, LETICIA DE JESUS VIEIRA, MICHELLE BERTOTI, MORGANA SANTOS LUIZ. REF M&S AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3063	25/09/2013	GIOVANA APOLINARIO DA SILVA	769,00	769,00	769,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 125468 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA, MÊS DE SETEMBRO/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Grande									
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3064	25/09/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3066	25/09/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3068	25/09/2013	LAURA RODRIGUES ALVES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 218094 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3069	25/09/2013	DRIELI CARDOSO DE OLIVEIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356292 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3073	25/09/2013	RODRIGO DUTRA RIL	550,00	550,00	550,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 145369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3075	25/09/2013	LARA DE HOMEM FAVERI	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127143 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3087	25/09/2013	DYENIFFER EVALDT DOS SANTOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 8109 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3088	25/09/2013	MARIANA SANTOS PEREIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 8110 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3237	04/10/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	756,00	756,00	756,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, BRUNA CITADIN MAGNUS, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DRIELE CARDOSO DE OLIVEIRA, DYENIFFER EVALDT SANTOS, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, GIOVANA APOLINARIO DA SILVA, JOSÉ AUGUSTO LAZARI RODRIGUES, LARA HOMEM DE FAVERI, LAURA RODRIGUES ALVES, MARIANA SANTOS PEREIRA, MICHELLE BERTOTI, MORGANA SANTOS LUIZ, RODRIGO DUTRA RIL. REF Mês SETEMBRO/2013.
Prefeitura	00 - Recursos	366	3458	25/10/2013	MICHELLE BERTOTI	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Praia Grande	Ordinários				DE SOUZA				ESTAGIÁRIA NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3459	25/10/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3461	25/10/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3463	25/10/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3467	25/10/2013	JOSE AUGUSTO LAZARI RODRIGUES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164927-1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3468	25/10/2013	RODRIGO DUTRA RIL	550,00	550,00	550,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 145369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3851	29/11/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3853	29/11/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3856	29/11/2013	DYENIFFER EVALDT DOS SANTOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 8109 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3859	29/11/2013	DRIELI CARDOSO DE OLIVEIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356292 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de	00 - Recursos Ordinários	366	3860	29/11/2013	BRUNA CITADIN MAGNUS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356288 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE NOVEMBRO/2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Praia Grande									
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3861	29/11/2013	JOSE AUGUSTO LAZARI RODRIGUES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164927-1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3862	29/11/2013	RODRIGO DUTRA RIL	550,00	550,00	550,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 145369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3920	03/12/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	588,00	588,00	588,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, BRUNA CITADIN MAGNUS, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DRIELE CARDOSO DE OLIVEIRA, DYENIFFER EVALDT SANTOS, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, JOSÉ AUGUSTO LAZARI RODRIGUES, LARA HOMEM DE FAVERI, LAURA RODRIGUES ALVES, MARIANA SANTOS PEREIRA, MICHELLE BERTOTI, MORGANA SANTOS LUIZ, RODRIGO DUTRA RIL. REF Mês NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4278	23/12/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4279	23/12/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4281	23/12/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4282	23/12/2013	LAURA RODRIGUES ALVES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 218094 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4284	23/12/2013	BRUNA CITADIN MAGNUS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356288 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4285	23/12/2013	JOSE AUGUSTO LAZARI RODRIGUES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164927-1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE DEZEMBRO/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4286	23/12/2013	RODRIGO DUTRA RIL	550,00	550,00	550,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 145369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4289	23/12/2013	JULIANA AGUIAR	470,00	470,00	470,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 149546 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4290	23/12/2013	SELIANE PEREIRA RAUPP LOPES	450,00	450,00	450,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 149547 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	751	25/03/2013	DGN DIAGNÓSTICOS E SERVIÇOS MEDICOS LTDA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS NEUROPEDIÁTRICAS PACIENTES ATENDIDOS: ALESSANDRA AGUIAR BORGES, JULIANO DOS SANTOS LIMA, MARIA LUIZA DA SILVA, MARTA DA SILVA OLIVEIRA, PALOMA MARTTADA SILVA, PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	939	10/04/2013	DGN DIAGNÓSTICOS E SERVIÇOS MEDICOS LTDA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS NEUROPEDIÁTRICAS PACIENTES ATENDIDOS: NATALIA ALVES DA ROSA, KAUAN JUNIOR OLIVEIRA COELHO, ZANOIR DE SOUZA FELICIANO, PEDRO HENRIQUE BORGES RAMOS, BRIAN MATOS REIS, PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1651	06/06/2013	LUCIMAR FRANCISCO DA SILVA	429,00	429,00	429,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. DIVULGAÇÃO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO PELA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1773	18/06/2013	LUCIMAR FRANCISCO DA SILVA	298,00	298,00	298,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. DIVULGAÇÃO PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO PELA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2654	22/08/2013	SILVIO DE AGUIAR ROLDÃO	35,14	35,14	35,14	PELA DESPESA EMPENHADA REF: VIAGEM A CRICUMA-SC LEVAR ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA BULCÃO VIANA PAARA PARTICIPAREM DE UMA NOITE COM CINEMA, VISTO QUE OS ALUNOS FORAM VENCEDORES DE UMA GINCANA PROMOVIDA PELA ESCOLA. B.DIÁRIA Nº179/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2752	29/08/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE AGOSTO/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2757	29/08/2013	DRIELI CARDOSO DE OLIVEIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356292 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2758	29/08/2013	BRUNA CITADIN MAGNUS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356288 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2759	29/08/2013	JOSE AUGUSTO LAZARI RODRIGUES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164927-1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2760	29/08/2013	RODRIGO DUTRA RIL	678,00	678,00	678,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 145369 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	2783	02/09/2013	LARA DE HOMEM FAVERI	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127143 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE AGOSTO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3056	25/09/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3060	25/09/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3062	25/09/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3067	25/09/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3070	25/09/2013	BRUNA CITADIN MAGNUS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356288 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura	00 - Recursos	366	3072	25/09/2013	JOSE AUGUSTO	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164927-1 SERVIÇOS DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Praia Grande	Ordinários				LAZARI RODRIGUES				ESTAGIÁRIO REF. MES DE SETEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3457	25/10/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3460	25/10/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3462	25/10/2013	DYENIFFER EVALDT DOS SANTOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 8109 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3464	25/10/2013	LAURA RODRIGUES ALVES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 218094 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3465	25/10/2013	DRIELI CARDOSO DE OLIVEIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356292 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3466	25/10/2013	BRUNA CITADIN MAGNUS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356288 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3469	25/10/2013	MARIANA SANTOS PEREIRA	546,66	546,66	546,66	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 8110 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3502	31/10/2013	LARA DE HOMEM FAVERI	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127143 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3577	06/11/2013	CENTRO DE INT. EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SC	588,00	588,00	588,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIAFAS ESTAGIARIOS, ALICE PEREIRA ALVES, BRUNA CITADIN MAGNUS, BRUNO MAGNUS DE FAVERI, CLAUDIA MAGNUS ROCHA, DRIELE CARDOSO DE OLIVEIRA, DYENIFFER EVALDT SANTOS, FRANCIELI DA SILVA AGUIAR, JOSÉ AUGUSTO LAZARI RODRIGUES, LARA HOMEM DE FAVERI, LAURA RODRIGUES ALVES, MARIANA SANTOS PEREIRA, MICHELLE BERTOTI, MORGANA SANTOS LUIZ, RODRIGO DUTRA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
									RIL. REF Mês OUTUBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3852	29/11/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3854	29/11/2013	FRANCIELI DA SILVA AGUIAR	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO NºSERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3855	29/11/2013	BRUNO MAGNUS DE FAVERI	480,00	480,00	480,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126211 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO NO MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3857	29/11/2013	MORGANA SANTOS LUIZ	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 164150/1 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3858	29/11/2013	LAURA RODRIGUES ALVES	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 218094 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3863	29/11/2013	MARIANA SANTOS PEREIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 8110 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	3864	29/11/2013	LARA DE HOMEM FAVERI	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127143 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE NOVEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4232	20/12/2013	CLAUDIA MAGNUS ROCHA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 126210 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4233	20/12/2013	MICHELLE BERTOTI DE SOUZA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127253 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4277	23/12/2013	ALICE PEREIRA ALVES	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 131578 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE DEZEMBRO/2013.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4280	23/12/2013	DYNIFFER EVALDT DOS SANTOS	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 8109 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4283	23/12/2013	DRIELI CARDOSO DE OLIVEIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 356292 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIA NO MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4287	23/12/2013	MARIANA SANTOS PEREIRA	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 8110 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	00 - Recursos Ordinários	366	4288	23/12/2013	LARA DE HOMEM FAVERI	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATO Nº 127143 SERVIÇOS DE ESTAGIÁRIO REF. MES DE DEZEMBRO/2013.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1301	07/05/2013	DGN DIAGNÓSTICOS E SERVIÇOS MEDICOS LTDA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS NEUROPEDIÁTRICAS PACIENTES ATENDIDOS: DIOGO PEREIRA ALEXANDRE, JOÃO VITOR PACHECO PEREIRA, ANGÉLICA COSTA PEREIRA, RAFAEL KONING, DILIA ALVES, PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1756	16/06/2013	DGN DIAGNÓSTICOS E SERVIÇOS MEDICOS LTDA	500,00	500,00	500,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS NEUROPEDIÁTRICAS PACIENTES ATENDIDOS: VANESSA DOS SANTOS OLIVEIRA, CAUAN VINÍCIUS VARGAS, SAMUEL MENDONÇA ALVES, LUIS GABRIEL CORREA MATOS, VALCIR PINTO MELLO, PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1842	24/06/2013	MALHAS RÍTMO DO SOL LTDA. ME'	795,00	795,00	795,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. AQUISIÇÃO DE 02 KG MALHA ITH, 09 MT OXFORD, 11 UN PAETE FALSO, 28 MT TRICOLINE LISA, PARA MANUTENÇÃO DO GRUPO DE MÚSICA DA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1846	24/06/2013	SANTINA RODRIGUES PEREIRA-ME	180,00	180,00	180,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. AQUISIÇÃO DE 600 UN PÃES CACHORRO QUENTE. PARA MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL TACREDO NEVES.
Prefeitura Municipal de Praia Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2739	29/08/2013	MERIDIAINE SANTOS DO NASCIMENTO	35,14	35,14	35,14	PELA DESPESA EMPENHADA REF: VIAGEM À ARARANGUÁ-SC, ACOMPANHAR ALUNOS DA ESCOLA DE MÚSICA PARA SE APRESENTAREM NO TEATRO MUNICIPAL DE ARARANGUÁ-SC. B.D. N. 187/2013.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
<b>TOTAL</b>						141.303,70	141.303,70	141.303,70	

### Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			VALOR AJUSTADO (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES			Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
		Aumenta	Diminui						
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>									
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
16	816,55	0,00	0,00	816,55	0,00	0,00	0,00	816,55	Superávit
17	34,58	0,00	0,00	34,58	0,00	0,00	0,00	34,58	Superávit
18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
19	460,39	0,00	0,00	460,39	0,00	0,00	0,00	460,39	Superávit
22	185.725,47	0,00	0,00	185.725,47	0,00	0,00	0,00	185.725,47	Superávit
23	36,60	0,00	0,00	36,60	0,00	0,00	0,00	36,60	Superávit
24	296.755,60	0,00	0,00	296.755,60	12.781,43	119.354,35	0,00	164.619,82	Superávit
43	17.879,18	0,00	0,00	17.879,18	0,00	0,00	0,00	17.879,18	Superávit
44	5.142,79	0,00	0,00	5.142,79	0,00	0,00	0,00	5.142,79	Superávit
49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
50	2.336,37	0,00	0,00	2.336,37	0,00	0,00	0,00	2.336,37	Superávit
52	9.430,07	0,00	0,00	9.430,07	0,00	0,00	0,00	9.430,07	Superávit
54	1.960,40	0,00	0,00	1.960,40	0,00	0,00	0,00	1.960,40	Superávit
55	9.283,82	0,00	0,00	9.283,82	0,00	0,00	0,00	9.283,82	Superávit
56	868,92	0,00	0,00	868,92	0,00	0,00	0,00	868,92	Superávit
58	104.306,12	0,00	0,00	104.306,12	0,00	0,00	0,00	104.306,12	Superávit
59	13,60	0,00	0,00	13,60	0,00	0,00	0,00	13,60	Superávit
60	3.152,46	0,00	0,00	3.152,46	0,00	0,00	0,00	3.152,46	Superávit
61	8.922,10	0,00	0,00	8.922,10	0,00	0,00	0,00	8.922,10	Superávit
62	63.810,41	0,00	0,00	63.810,41	0,00	0,00	0,00	63.810,41	Superávit
63	7.983,80	0,00	0,00	7.983,80	0,00	0,00	0,00	7.983,80	Superávit
64	92.094,86	0,00	0,00	92.094,86	0,00	0,00	0,00	92.094,86	Superávit
65	50.999,33	0,00	0,00	50.999,33	0,00	0,00	0,00	50.999,33	Superávit
66	36.972,99	0,00	0,00	36.972,99	0,00	0,00	0,00	36.972,99	Superávit
67	36.368,38	0,00	0,00	36.368,38	0,00	0,00	0,00	36.368,38	Superávit
70	21.888,95	0,00	0,00	21.888,95	0,00	0,00	0,00	21.888,95	Superávit
71	110.325,33	0,00	0,00	110.325,33	0,00	0,00	0,00	110.325,33	Superávit



FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA			OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados			Restos a Pagar Não Processados
		Aumenta	Diminui						
72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>									
0	291.054,77	0,00	0,00	291.054,77	0,00	0,00	80.142,61	210.912,16	
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2	21.176,47	0,00	0,00	21.176,47	0,00	0,00	0,00	21.176,47	
<b>T.</b>	<b>312.231,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>312.231,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.142,61</b>	<b>232.088,63</b>	<b>Superávit</b>